



DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR

Prezados(as) Candidatos(as),

Em atenção ao processo seletivo referente ao Concurso Público de Cachoeira Grande - MA, vimos por meio deste ofício divulgar o resultado da análise dos recursos interpostos contra o gabarito preliminar da prova objetiva.

Após minuciosa avaliação das alegações apresentadas pelos candidatos, informamos que as respostas seguem os seguintes critérios:

1. **RECURSOS DEFERIDOS:** Os recursos que foram considerados procedentes resultaram na alteração do gabarito preliminar ou anulação da questão. Os pontos correspondentes a questões anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, já os correspondentes a questões alteradas serão atribuídos aos candidatos que tiveram as respostas de acordo com o novo gabarito.
2. **RECURSOS INDEFERIDOS:** Os recursos que não obtiveram fundamentação para alteração do gabarito permanecem indeferidos. Dessa forma as respostas permanecem inalteradas e os pontos serão atribuídos aos candidatos que tiverem suas respostas de acordo com o gabarito oficial.

Agradecemos a compreensão e colaboração de todos os candidatos durante esse processo. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas adicionais.

Alessandro de Jesus Lima Teixeira
Instituto Social Da Cidadania Juscelino Kubitschek



CARGO: PROFESSOR AEE

RESULTADO DOS RECURSOS		
QUESTÃO	EMENTA	RESULTADO
06	Anulação da questão	DEFERIDO
08	Anulação da questão	INDEFERIDO A resposta correta está em conformidade com o gabarito apresentado – alternativa C, pois na frase: a expressão ÀS VEZES representa uma LOCUÇÃO ADVERBIAL de TEMPO, no termo SE, pronome que acompanha o verbo RECOMENDA, é corretamente classificado como um PRONOME APASSIVADOR por estar dentro de uma voz PASSIVA SINTÉTICA, e o termo COM UMA LINHA é uma locução adverbial de INSTRUMENTO, portanto resposta correta alternativa C. O pronome SE NÃO indica REFLEXIVIDADE, portanto não pode ser PRONOME REFLEXIVO.
09	Anulação da questão	INDEFERIDO A expressão O NECESSÁRIO corresponde ao objeto do verbo FALE, o termo O corresponde à palavra AQUILO que exerce a função de objeto DIRETO do verbo FALE.
11	Anulação da questão	INDEFERIDO A alternativa que melhor representa a definição do conceito de "habitus" segundo a teoria de Pierre Bourdieu é a b) O habitus é um conjunto de disposições adquiridas socialmente que orientam as práticas e escolhas de um indivíduo. Comentário: O conceito de habitus é central na obra de Bourdieu e refere-se às disposições duráveis e transponíveis que são formadas ao longo da vida de um indivíduo, em interação com as condições sociais e culturais que o cercam. Essas disposições incluem modos de pensar, agir e perceber o mundo, que se desenvolvem a partir das experiências sociais, da família, da escola e do grupo social ao qual o indivíduo pertence. A alternativa "a" está incorreta porque o habitus não é uma capacidade inata, mas sim um conjunto de disposições que se desenvolvem socialmente. A alternativa "c" é limitada, pois o habitus não se resume à influência direta da estrutura econômica, mas abrange aspectos sociais, culturais e simbólicos que moldam as práticas educacionais. Por fim, a alternativa "d" é inadequada, pois o conceito de habitus continua sendo relevante e amplamente utilizado na análise das desigualdades educacionais, pois ajuda a entender como as práticas e escolhas educacionais são influenciadas por fatores sociais e culturais. Portanto, a opção "b"



		é a mais completa e alinhada com a compreensão do habitus, evidenciando seu papel na reprodução das desigualdades sociais, incluindo as educacionais.
16	Anulação da questão	INDEFERIDO As duas tendências pedagógicas são iguais? A resposta é: não. Porque a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos foi desenvolvida por José Carlos Libâneo e a Pedagogia Histórico Crítica foi desenvolvida por Dermeval Saviani. A tendência pedagógica que é caracterizada pela valorização da interdisciplinaridade, buscando uma integração entre diferentes áreas de conhecimento e promovendo a contextualização dos conteúdos dentro da realidade dos alunos, é a letra c) Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. Comentário: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, proposta principalmente por autores como José Carlos Libâneo, enfatiza a necessidade de um ensino que não apenas transmita conteúdos, mas que também os relacione com a realidade social e cultural dos alunos. Essa abordagem valoriza a interdisciplinaridade, permitindo que os estudantes compreendam as conexões entre diferentes áreas do conhecimento e como estas se manifestam em suas vidas cotidianas. A contextualização é fundamental, pois ajuda os alunos a verem a relevância do que estão aprendendo, promovendo um aprendizado mais significativo e engajado. As outras alternativas apresentadas possuem características distintas: - a) Pedagogia Histórico-Crítica: foca na construção do conhecimento a partir de uma análise crítica da realidade histórica e social, mas não enfatiza tanto a interdisciplinaridade como a opção correta. - b) Pedagogia Liberal Tradicional: é caracterizada pela transmissão de conteúdos de forma mais fragmentada e centrada no professor, sem ênfase na contextualização ou interdisciplinaridade. - d) Pedagogia Tecnista: prioriza a formação técnica e a aplicação prática de conhecimentos, mas tende a ser menos crítica em relação à realidade social dos alunos e não foca na integração entre áreas do conhecimento. Portanto, a resposta correta é a letra "c", pois reflete melhor a proposta de integrar diferentes saberes e contextualizar o aprendizado na formação do estudante.
17	Anulação da questão	INDEFERIDO O Ministério Público (MP) tem um papel fundamental na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de risco ou vulnerabilidade. Entre suas competências exclusivas, destaca-se a representação em juízo, o que significa que o MP pode atuar judicialmente para garantir que os direitos dos menores sejam respeitados e protegidos. As outras opções, embora relevantes, não são competências exclusivas do MP:



		<p>a) Encaminhamento para abrigos temporários - Essa atribuição pode ser realizada por diversas entidades, não sendo exclusiva do MP. O encaminhamento para abrigo é uma medida que pode ser feita por conselhos tutelares, assistentes sociais e outras instituições. b) Orientação a famílias em situação de vulnerabilidade - Essa atividade também envolve uma gama de profissionais da assistência social e não é uma atribuição exclusiva do MP. O MP pode atuar em conjunto, mas a orientação em si é um papel que pode ser desempenhado por diversos serviços de assistência. d) Aplicação de medidas educativas - As medidas educativas, especialmente no contexto de jovens infratores, são de competência do poder judiciário e dos sistemas socioeducativos, não cabendo ao MP aplicar diretamente essas medidas. Portanto, a atuação do Ministério Público na representação em juízo é crucial para assegurar que os direitos das crianças e adolescentes sejam garantidos, especialmente nas situações em que há risco à sua integridade e bem-estar.</p>
18	Anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>Aprendizagem Colaborativa é uma abordagem que enfatiza a interação entre os estudantes, promovendo o trabalho em equipe para resolver problemas e desenvolver habilidades críticas e criativas. Esse método é baseado na ideia de que a troca de ideias e a construção conjunta do conhecimento tornam o processo de aprendizagem mais rico e significativo. Ao trabalhar em grupos, os alunos podem compartilhar diferentes perspectivas, discutir soluções e aprender uns com os outros, o que facilita a compreensão de conceitos complexos. As outras opções, como a Sala de Aula Invertida ou a Aprendizagem Baseada em Projetos, têm características distintas e não se focam especificamente na colaboração como o elemento central do processo de aprendizagem.</p>
20	Anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>Os Conselhos Municipais de Educação são órgãos colegiados que têm a função de supervisionar e orientar a aplicação das políticas educacionais no âmbito municipal. Dentre suas atribuições, uma das mais relevantes é a fiscalização e a monitorização da utilização dos recursos financeiros que são direcionados à educação. Isso é essencial para garantir que os recursos públicos sejam usados de forma adequada e eficaz, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas do município. As outras alternativas, embora possam ser relevantes em contextos específicos, não representam a função primordial dos Conselhos Municipais de Educação conforme estabelecido pela LDB. A implementação de políticas de inclusão</p>



		digital, promoção do ensino bilíngue e coordenação de pesquisas científicas, embora possam ser abordadas por esses conselhos em suas atividades, não são suas funções principais. Portanto, a alternativa correta reflete a essência do papel dos Conselhos na estrutura educacional brasileira.
22	Anulação da questão	INDEFERIDO Piaget acreditava que o desenvolvimento cognitivo das crianças ocorre em estágios sequenciais e universais , pelos quais todas as crianças passam na mesma ordem . Esses estágios são: o sensório-motor, o pré-operatório, o operatório concreto e o operatório formal. Cada um desses estágios é marcado por formas específicas de pensamento e capacidades cognitivas, conforme indicado na alternativa b). Enquanto na alternativa c) há a inversão dos conceitos e discussões realizadas por Vygotsky e Piaget. Vygotsky não defendia que a criança passa por estágios fixos de desenvolvimento cognitivo, independente do ambiente, conforme a alternativa descreve. Pelo contrário, o autor discute que o aprendizado é mediado por interações sociais e pela relação com pessoas mais experientes intrinsecamente ligado ao contexto social e cultural. Considerando a diferença clara entre as alternativas, a solicitação está indeferida .
23	Anulação da questão	INDEFERIDO O termo “Turno Complementar” é sinônimo coerente ao direcionamento presente no enunciado da alternativa, para “Turno Inverso” ou, “Turno Contrário” ou, até mesmo, “Contraturno”, que possui fundamentação a partir dos direcionamentos da possibilidade de compreensão contida nas políticas voltadas para o tema da questão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) trata sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), indica que o mesmo tem a função de apoiar e complementar o processo de aprendizagem desses alunos . A Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 que trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Seção II, Art. 29, parágrafo 1º “Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização” O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, Art. 2, parágrafo 1º, inciso I “serão denominados atendimento educacional especializado (...) prestado das seguintes formas: I - complementar à formação



		<p>dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (...)"</p> <p>No Art. 4 do mesmo Decreto, afirma que "O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular."</p> <p>Considerando que não há fundamento suficiente para justificar a anulação da questão baseada no uso do termo "turno complementar", uma vez que ele é preciso e consistente, coerente com o enunciado e compreensão da discussão legal sobre o AEE, a solicitação está indeferida.</p>
24	Alteração de gabarito para letra D	<p>INDEFERIDO</p> <p>A fundamentação dada no recurso não é referente a questão de número 24 indicado na referência do recurso. Portanto, a solicitação está indeferida.</p>
27	Anulação da questão	<p>DEFERIDO</p>
29	Anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>Os textos das alternativas não foram retirados em sua literalidade de um documento legislativo e sim a partir de uma análise geral dos documentos que tratam sobre o Plano de Atendimento Educacional Especializado e o Atendimento Educacional Especializado.</p> <p>Conforme as legislações que tratam sobre a forma que o Atendimento Educacional Especializado deve ser ofertado, entende-se que a presença dos termos Complementar e Suplementar estão coerentes e direcionados para a solicitação da questão.</p> <p>A solicitação da questão refere-se a alternativa que indica uma compreensão do que seja um PAEE "<i>Dessa forma, entende-se por Plano Educacional Especializado (PAEE):</i>" / . Tais termos encontram-se fundamentados em documentos legais:</p> <p>A Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 que trata sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Seção II, Art. 29, parágrafo 1º "Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização"</p> <p>O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, Art. 2, parágrafo 1º, inciso I "serão denominados atendimento educacional especializado (...) prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (...)"</p> <p>No Art. 4 do mesmo Decreto, afirma que "O Poder Público estimulará o acesso ao atendimento educacional especializado de forma complementar ou suplementar ao ensino regular."</p>



		<p>Portanto, o plano deve ser construído de forma a complementar ou suplementar o ensino regular. Com isso, considerando que os termos escolhidos não distorcem ou tornam impreciso o conceito ou prática discutidos sobre o tema, a solicitação está indeferida.</p>
30	Anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>A medida provisória (MP) indicada na fundamentação do recurso não é fonte válida para justificativa da solicitação de anulação da questão pelo candidato. A MP indicada não foi aprovada em sua totalidade, e o texto apresentado pelo candidato não faz parte da MP, e sim, refere-se ao texto da justificativa dada para encaminhamento do documento legislativo para aprovação.</p> <p>O mesmo que possuiu um total de 20 emendas de inserção ou supressão, até sua aprovação em 2021, sem a permanência ou presença do texto indicado pelo candidato.</p> <p>Enquanto que os termos “atores educacionais”, “roteiro” ou “orientações” apresentados na fundamentação, sem explicação por parte do candidato ou fundamentação teórica para tal justificativa, não ferem a compreensão discursiva do enunciado da alternativa ou da solicitação da questão que trata sobre o objetivo do Plano Educacional Individualizado (PEI), além de serem termos amplamente discutidos no âmbito educacional.</p> <p>Considerando tal explanação, a solicitação está indeferida.</p>
32	Anulação da questão	<p>INDEFERIDO</p> <p>A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) trata que a oferta da Educação Bilingue é prevista em escolas bilíngues ou em classes bilíngues, e em escolas inclusivas. Não expressa que tal educação deverá ser ofertada em <i>todas</i> as escolas e classes.</p> <p>Considerando que o princípio de uma Escola inclusiva para a Educação Especial na perspectiva de uma educação inclusiva seja o oferecimento de apoios e adaptações necessárias para esses alunos, e, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, as escolas inclusivas têm o dever de garantir o acesso de estudantes com deficiência a todos os recursos necessários para sua plena participação, o que inclui tecnologias assistivas, adaptações pedagógicas e a oferta de profissionais de apoio escolar, entre outras inserções em práticas. Apenas o fato de uma escola possuir alunos com deficiência auditiva ou surdez, não a torna uma Escola Inclusiva.</p> <p>O art. 28, § 1º da lei ainda estabelece que a oferta de Educação Bilíngue deve ser garantida preferencialmente em escolas e classes bilíngues, mas não impõe a obrigatoriedade dessa oferta em</p>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA GRANDE
EDITAL DE ABERTURA Nº. 001/2024

		<p>todas as instituições apenas por possuírem alunos surdos ou com deficiência auditiva.</p> <p>Considerando que na compreensão da alternativa indicada e em sua comparação fundamentada com a legislação vigente há claramente um indicativo que a alternativa se difere das demais alternativas, a solicitação está indeferida.</p>
34	Anulação da questão	DEFERIDO
35	Anulação da questão	DEFERIDO
36	Anulação da questão	INDEFERIDO <p>A fundamentação do recurso não está clara, não indica a motivação para a anulação da questão, apenas indica que houve melhora nos critérios de diagnóstico. Destaca erroneamente as nomenclaturas ultrapassadas, pois atualmente não se usa de graus leves, moderados e severos para se determinar um indivíduo com TEA, e sim, Níveis de Suporte conforme características específicas.</p> <p>A questão indaga sobre a principal justificativa para a mudança de TGD para TEA, e a melhora no diagnóstico não foi a principal justificativa para tal mudança, e, dentre as alternativas apresentadas a que melhor justifica e responde o questionamento de forma correta é a alternativa b).</p>
37	Anulação da questão	INDEFERIDO para anulação
	Alteração de gabarito para letra A	DEFERIDO para alteração de gabarito para letra A